

## PROJETO DE LEI N.º \_\_\_\_\_, DE 2023

(Do Senhor Alberto Fraga).

Altera o § 2º do art. 5º da Lei nº 12.086, de 6 de novembro de 2009, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

- **Art. 1º** Esta lei altera o § 2º do art. 5º da Lei nº 12.086, de 6 de novembro de 2009.
- **Art. 2º** O § 2º do art. 5º da Lei nº 12.086, de 6 de novembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art	50	<u> </u>	
$\neg \iota \iota$ .	J		

§ 2º Cumpridas as demais exigências estabelecidas para a promoção, o interstício deverá ser reduzido em até 50% (cinquenta por cento), sempre que houver vagas não preenchidas por esta condição.

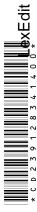
(	NR.	)

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Este projeto de lei objetiva **alterar a lei de promoções** dos militares do Distrito Federal em um único ponto, com relação à **substituição da expressão** "**poderá" para "deverá"** no §2º do art. 5º da Lei nº 12.086, de 2009, como





forma de estabelecer que o conceito ali estabelecido se trata não de um ato discricionário da Administração mas de um **poder-dever de redução de interstício**, uma vez cumpridas as exigências legais e haja vagas não preenchidas. Com efeito, há que se indagar: estando prontas as condições para redução legal do prazo de promoção porque haveria discricionariedade do administrador?

Infelizmente, a Administração tende a interpretar certos atos que geram benefícios ao administrado, no caso o militar do DF, como ato discricionário, mas esse dispositivo legal há que ser entendido como **ato vinculado**. E com o objetivo de evitar esse equívoco do administrador é que proponho deixar essa questão de uma clareza ainda maior, com a mudança da expressão.

Assim, por ter **mero caráter interpretativo**, como forma de não deixar margens para **análises ambíguas** no texto legal, é que não se pode falar de vício de iniciativa. Ou seja, **não se muda direito algum**, não se acrescenta ou se retira poderes, a proposição apenas estabelece uma **correção exegética**, segundo uma tecnicidade jurídica mais precisa.

Por ser este projeto de lei uma forma de fazer justiça aos militares do Distrito Federal, evitando-se contratempos administrativos e judiciais, é que pugno aos colegas parlamentares pela sua aprovação.

Sala das Sessões, em 4 de julho de 2023.



**Deputado Alberto Fraga** 



